



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

CONTRATO Nº 191/2017 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

CONCORRÊNCIA Nº. 03/2017
PROCESSO 17.0.000014971-3

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **EURÍPEDES LAMOUNIER**, brasileiro, casado, portador do RG nº 268.388 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.878.421-53, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **SABINA ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.040/0001-50, com sede na Quadra 112 Sul, Conjunto 14, Lote 42, CEP: 77006-060, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 4.278.269-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 685.770.366-34, têm entre si, justo e avançado o presente Contrato, observadas as disposições da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia para Reforma do Palácio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (Execução de Pintura, Cobertura, Sistema de SPDA/Aterramento, Melhoria da Acessibilidade e do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Adequações das Instalações Elétricas), nos termos e condições constantes neste Contrato, no Edital de Licitações e seus Anexos.

1.2. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de execução/entrega e as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo do 17.0.000014971-3, do **CONTRATANTE**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.2.1. O Edital da Concorrência nº. 03/2017, do **CONTRATANTE** e seus Anexos; e

1.2.2. A proposta de preços e documentos que o acompanham, firmada pela **CONTRATADA** em 23 de outubro de 2017.

1.3. A contratação objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no art. 21 da Lei 8.666/93, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

1.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos que

se fizerem necessários até o limite de 50% (cinquenta por cento) e as supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

1.5. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões que poderão exceder os limites legais, quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. A execução dos serviços objeto deste Contrato se dará em regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, bem como em atendimento ao item 9.1.4 do Acórdão 1977/13 – TCU.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. O início dos trabalhos deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo total para execução dos trabalhos é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, e ainda, se tiverem sido atendidas todas as exigências da fiscalização referente a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas, cuja regularização deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após a comunicação do fato.

3.2. O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93.

3.3. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo cronograma físico financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentem.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

4.1. **Termo de Recebimento Provisório** - O recebimento provisório ocorrerá quando a obra ficar inteiramente concluída. O Termo de Recebimento Provisório será elaborado pela fiscalização do Contrato e da obra, o qual será assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após o comunicado formal da CONTRATADA.

4.2. **Termo de Recebimento Definitivo** - O termo será lavrado pela comissão de fiscalização, formada pelo gestor do Contrato, engenheiro e/ou arquitetos da Diretoria de Obras e o Diretor Administrativo ou servidor por ele designado. O Recebimento definitivo da obra ocorrerá em até 30 (trinta) dias depois de expedido o termo de recebimento provisório, item 4.1, e certificado que foram atendidas todas as exigências da fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas, cuja regularização deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação do fato.

4.2.1. O termo de recebimento definitivo será entregue somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais, não havendo mais nenhuma obrigação por parte da CONTRATADA, com relação à execução dos serviços objetos do Contrato.

4.3. Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra deverão estar de acordo com o art. 73, I, letras “a e b”, da Lei nº 8.666/93, cujas emissões não isentam a CONTRATADA de suas responsabilidades pela qualidade e garantia da obra.

4.4. O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade cível pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

4.5. Para expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá em conjunto com a Administração Pública, providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:

4.5.1. "*as built*" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;

4.5.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água e telefone estão devidamente quitadas, objetivando que o contratante providencie a transferência de titularidade das mesmas;

4.5.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra;

4.5.4. Certidão negativa de débitos previdenciários específica, para o registro da obra junto ao Cartório de

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA:

5.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia na execução dos serviços e responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, em conformidade com o artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis após assinatura do Contrato.

6.2. A Ordem de Serviço será emitida após apresentação da garantia contratual.

6.3. Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária.

6.4. Caso a garantia prestada pela CONTRATADA seja nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, a mesma deverá prever, expressamente, cobertura para inadimplemento trabalhista e penalidades pecuniárias.

6.5. A garantia apresentada pela CONTRATADA assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

b) Multas punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;

c) Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

6.5. A garantia apresentada deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência deste Instrumento, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do Contrato. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência do Contrato, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas pendentes.

6.6. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

6.7. Em caso de aditamento, alteração do valor, ou em casos que ocorra a redução do valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, fica obrigada a CONTRATADA a apresentar garantia suplementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades estipuladas nesta Cláusula.

6.8. No caso de prorrogação do prazo contratual, após a assinatura do termo aditivo de prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar nova garantia, no prazo de 10 (dez) dias, sendo liberada a garantia anterior, após a apresentação de nova garantia.

6.9. Na hipótese do CONTRATANTE evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção quanto à prestação ou validade da garantia, este exigirá sua regularização ou substituição, a qual deverá ser providenciada pela CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

6.10. Em caso de descumprimento das disposições acima, ou seja, prestação, regularização ou complementação da garantia, a CONTRATADA sujeitará as penalidades previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR:

7.1. O valor global do presente Instrumento fica ajustado em **R\$ 2.967.011,10, (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, onze reais e dez centavos)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 050100 - Tribunal de Justiça
Classificação Orçamentária: 0501.02.061.1145.1101
Natureza da Despesa: 44.90.51
Fonte do Recurso: 0100

e/ou

Unidade Gestora: 060100 - Funjuris
Classificação Orçamentária: 0601.02.061.1145.3067
Natureza da Despesa: 44.90.51
Fonte do Recurso: 0240
Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris
CNPJ/MF: 03.173.154/0001-73
Praça dos Girassóis, S/Nº. - Centro
CEP: 77.015-007
Palmas-TO

8.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta das dotações orçamentárias especificadas nesta Cláusula.

8.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação.**

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:

9.1. Após aprovada a medição pela Fiscalização e para que o CONTRATANTE possa efetuar o devido pagamento, nos termos do edital e do contrato, deverá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal acompanhada da comprovação de sua regularidade fiscal, sem prejuízo de serem solicitados pelo CONTRATANTE os documentos comprobatórios das obrigações inerentes à folha de pagamento da CONTRATADA.

9.2. O pagamento relativo à prestação dos serviços realizados dar-se-á ao final de cada etapa, após a conclusão, pela CONTRATADA, e respectiva aprovação pelo CONTRATANTE, nas proporções do valor total do contrato e de acordo com o cronograma físico-financeiro.

9.3. O pagamento devido será efetuado mensalmente através de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da nota fiscal do CONTRATANTE, desde que o serviço esteja em conformidade com as exigências contratuais e que não haja impeditivo imputável à licitante vencedora.

9.4. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato e no Projeto Básico e na nota de empenho ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula, item 9.3, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

9.5. A nota fiscal será paga somente após o “Atesto” do fiscal da obra, bem como o de acordo do(a) Diretor(a) de Infraestrutura e Obras, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas no Edital e desde que a CONTRATADA comprove sua regularidade fiscal.

9.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA.

9.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, no prazo previsto no item anterior, em conta

corrente da CONTRATADA: **Banco: Sicoob Credipar, Agência nº 3263, Conta Corrente 100827-7**, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido a CONTRATADA, devendo apresentar ainda, caso estejam vencidas:

9.7.1. Certidão de Débitos Previdenciários, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando a regularidade da CONTRATADA no tocante à seguridade social;

9.7.2. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

9.7.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

9.7.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e

9.7.5. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

9.8. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato e no Projeto Básico e na nota de empenho ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida a CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

9.9. A nota fiscal será paga somente após o “Atesto” do fiscal da obra, bem como o de acordo do(a) Diretor(a) de Infraestrutura e Obras, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas no Edital e desde que a CONTRATADA comprove sua regularidade fiscal.

9.10. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA.

9.11. Caso ocorra atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGPD/DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

9.12. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Eletrônico de Informação do CONTRATANTE.

Parágrafo único - Somente depois de cumpridas todas as exigências contratuais e não havendo mais nenhuma obrigação por parte da CONTRATADA, com relação à execução dos serviços objeto deste Contrato, deverá ser liberada a última parcela do pagamento, correspondente até 15% (quinze por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE:

10.1. Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, com base no disposto do artigo 5º do Decreto Federal nº 1.054 de 7 de fevereiro de 2004, utilizando-se as colunas e os índices próprios de reajustamento para cada caso, fornecidos pela Tabela de Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left[\frac{I_m - I_o}{I_o} \right] \times P$$

Onde:

R = valor de reajustamento procurado;

I_m = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

I_o = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

P = preço unitário contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES:

11.1. As medições serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade menor, a critério do CONTRATANTE, com base no cronograma aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Serviços concluídos satisfatoriamente são aqueles formalmente aprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado. Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros, deverão ser considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta ou indiretamente ao objeto deste Contrato;

12.1.2. Realizar a execução do objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos deste Instrumento, do Edital da licitação com seus Anexos e sua proposta;

12.1.3. Fornecer todos os materiais para o serviço, conforme especificação da proposta, e entregá-lo devidamente acabado conforme disposto no Projeto Básico e em seus Anexos;

12.1.4. Reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação do Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;

12.1.5. Providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

12.1.6. Anotar os serviços junto ao CREA/TO e/ou CAU, na forma da legislação pertinente;

12.1.7. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

12.1.8. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

12.1.9. Manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pelo gestor/fiscal, conforme determinado:

12.1.9.1. Encarregado de Obra – Com experiência apropriada para a obra em questão, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços;

12.1.9.2. Engenheiro Civil – Com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da obra, devendo estar presente no momento da execução dos principais serviços e fazendo visitas periódicas à obra, sendo no mínimo 90 (noventa) horas distribuídas mensalmente, pelo menos 3 (três) visitas semanais;

12.1.9.3. Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico- Com a função de responsável técnico pelos serviços de instalação elétrica e acompanhamento da montagem do elevador, sendo no mínimo de 20 (vinte) horas mensais, pelo menos uma visita semanal;

12.2. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;

12.3. Fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinário e aparelhamento adequado à execução dos serviços;

12.4. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE;

12.5. Providenciar a remoção periodicamente de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final;

12.6. Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados, bem como arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Instrumento;

12.7. Assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;

12.8. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros;

12.9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

12.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

12.11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

12.12. Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta ou indiretamente ao objeto deste Contrato;

13.1.2. Expedir, por meio da Diretoria de Infraestrutura e Obras, a Ordem de Serviço após apresentação da garantia contratual, Art's de execução dos profissionais responsáveis e matrícula CEI da obra;

13.1.3. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

13.1.4. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

13.1.5. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

13.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

13.1.7. Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA;

13.1.8. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;

13.1.9. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste Contrato;

13.1.10. Observar para que durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação,

aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações a qui constantes;
- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

14.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

14.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

14.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO:

15.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/93, e suas alterações, observado o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. A gestão do Contrato será exercida pelo Diretor de Infraestrutura e Obras do CONTRATANTE, ou por um servidor designado, sendo responsável em dirimir as dúvidas que surgirem na execução dos serviços e, de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

16.2. A fiscalização da obra será exercida exclusivamente pelos engenheiros e arquitetos da Diretoria de Infraestrutura e Obras do CONTRATANTE.

16.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de:

16.3.1. Solicitar a imediata retirada da obra de engenheiros, arquitetos, mestres ou qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;

16.3.2. Exigir o cumprimento de todos os itens destas especificações;

16.3.3. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra;

16.3.4. A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA.

16.3.5. A CONTRATADA será obrigada a disponibilizar aos Fiscais do CONTRATANTE o acesso aos materiais e serviços em execução, facultando aos mesmos a inspeção de todas as dependências do canteiro onde se encontram estocados os materiais, equipamentos e documentação.

16.4. À fiscalização caberá, ainda:

16.4.1. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico;

16.4.2. Aprovar materiais equivalentes propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO:

17.1. O presente Contrato fica vinculado aos autos 17.0.000014971-3.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

18.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

19.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

19.2. Havendo autorização do CONTRATANTE para subcontratação, e obedecendo aos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, será observado os seguintes pontos:

19.2.1. Vedação à subcontratação total para a execução do objeto deste Contrato.

19.2.2. A empresa subcontratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou empresa privada, comprovando a execução dos serviços com as mesmas características técnicas e que houve fiel cumprimento das obrigações contratuais e certidão do CREA, se for o caso, ou comprovação de que a empresa a ser subcontratada executou serviço de característica semelhante ao objeto da subcontratação.

19.2.3. O limite admitido para subcontratação e de no máximo 25,00%. (vinte e cinco per cento)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA:

20.1. O presente Contrato terá início a partir da data de sua assinatura, estando à vigência vinculada ao cronograma de execução da obra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

21.1. O Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas pela CONTRATADA.

21.2. A diferença percentual entre o valor global do Contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI não poderá ser reduzida, em favor da CONTRATADA, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

21.3. Ao longo da execução do Contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

21.3.1. Para itens que já constem do Contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;

21.3.2. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela CONTRATADA em relação ao orçamento estimativo do processo licitatório;

21.3.3. Para os itens novos não constantes do SINAPI, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa de mercado realizada com, pelo menos, três fornecedores;

21.3.4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

23.1. A publicação resumida do presente Contrato no Diário da Justiça, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 de Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO:

24.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, firmam este Contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Alteliana de Fatima Lopes, Usuário Externo**, em 18/12/2017, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente**, em 18/12/2017, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **1806683** e o código CRC **348B3058**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo Aditivo - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/2017, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA, REFERENTE À REFORMA DO PALÁCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **EURÍPEDES LAMOUNIER**, brasileiro, casado, portador do RG nº 268.388 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.878.421-53, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **SABINA ENGENHARIA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.040/0001-50, com sede na Quadra 112 Sul, Conjunto 14, Lote 42, CEP: 77006-060, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, a Senhora **ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 4.278.269-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 685.770.366-34, têm entre si, justo e avençados o presente **TERMO ADITIVO**, observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto o acréscimo de 23,51% sobre o valor inicial do Contrato nº. 191/2017, com fulcro na Cláusula Primeira, item 1.4, e no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO:

2.1. Fica acrescido o percentual de 23,51% sobre o valor inicial do Contrato nº. 191/2017, que corresponde à quantia de **R\$ 697.629,17 (seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezessete centavos)**, em virtude das adequações no Projeto Básico, conforme Planilha de Reprogramação constante nos autos 17.0.000014971-3.

2.2. O valor global do Contrato nº. 091/2017 passará de **R\$ 2.967.011,10, (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, onze reais e dez centavos)** para **R\$ 3.664.640,27 (três milhões seiscentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas com a execução, do presente Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 060100 - Funjuris

Classificação Orçamentária: 0601.02.061.1145.3067

Natureza da Despesa: 44.90.51

Fonte do Recurso: 0240

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO:

4.1. O presente Termo Aditivo vincula-se em sua integralidade ao Contrato em epígrafe, aos autos 17.0.000014971-3, bem como às disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

5.1. A publicação resumida do presente Termo no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

6.1. São mantidas e inalteradas as cláusulas do Contrato inicial, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Palmas - TO, _____ de _____ de 20__

SABINA ENGENHARIA - LTDA
ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES
Representante legal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Desembargador **EURÍPEDES LAMOUNIER**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Valdiney da Costa Vale, Chefe de Divisão**, em 02/07/2018, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2077495** e o código CRC **40BEEC6A**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo Aditivo - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/2017, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA, REFERENTE À REFORMA DO PALÁCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **EURÍPEDES LAMOUNIER**, brasileiro, casado, portador do RG nº 268.388 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.878.421-53, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **SABINA ENGENHARIA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.040/0001-50, com sede na Quadra 112 Sul, Conjunto 14, Lote 42, CEP: 77006-060, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, a Senhora **ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 4.278.269-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 685.770.366-34, têm entre si, justo e avençados o presente **TERMO ADITIVO**, observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto o acréscimo de 23,51% sobre o valor inicial do Contrato nº. 191/2017, com fulcro na Cláusula Primeira, item 1.4, e no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO:

2.1. Fica acrescido o percentual de 23,51% sobre o valor inicial do Contrato nº. 191/2017, que corresponde à quantia de **R\$ 697.629,17 (seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezessete centavos)**, em virtude das adequações no Projeto Básico, conforme Planilha de Reprogramação constante nos autos 17.0.000014971-3.

2.2. O valor global do Contrato nº. 191/2017 passará de **R\$ 2.967.011,10, (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, onze reais e dez centavos)** para **R\$ 3.664.640,27 (três milhões seiscentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas com a execução, do presente Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 060100 - Funjuris

Classificação Orçamentária: 0601.02.061.1145.3067

Natureza da Despesa: 44.90.51

Fonte do Recurso: 0240

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO:

4.1. O presente Termo Aditivo vincula-se em sua integralidade ao Contrato em epígrafe, aos autos 17.0.000014971-3, bem como às disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

5.1. A publicação resumida do presente Termo no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

6.1. São mantidas e inalteradas as cláusulas do Contrato inicial, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Alteliana de Fatima Lopes, Usuário Externo**, em 05/07/2018, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente**, em 05/07/2018, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2083944** e o código CRC **E3468FCE**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo Aditivo - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/2017, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA, REFERENTE À REFORMA DO PALÁCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **EURÍPEDES LAMOUNIER**, brasileiro, casado, portador do RG nº 268.388 - SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.878.421-53, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **SABINA ENGENHARIA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.040/0001-50, com sede na Quadra 112 Sul, Conjunto 14, Lote 42, CEP: 77006-060, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, a Senhora **ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 4.278.269-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 685.770.366-34, têm entre si, justo e avençados o presente **TERMO ADITIVO**, observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a prorrogação do Contrato nº. 191/2017 e o acréscimo de 19,89% sobre o valor inicial do Contrato, com fulcro na Cláusula Primeira, Item 1.4, e no artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO:

2.1. Através do presente Instrumento, as partes acima qualificadas ajustam a prorrogação da vigência do Contrato nº. 191/2017, por mais 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 420 (quatrocentos e vinte) dias de vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO:

3.1. Fica acrescido o percentual de 19,89% sobre o valor inicial do Contrato nº. 191/2017, que corresponde à quantia de **R\$ 590.182,92 (quinhentos e noventa mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos)**, em virtude das adequações no Projeto Básico, conforme Planilha de Reprogramação, evento 2295278, constante nos autos 17.0.000014971-3.

3.2. O valor global do Contrato nº. 191/2017 passará de **R\$ 3.664.640,27 (três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)** para **R\$ 4.254.823,19 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e dezenove centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas com a execução, do presente Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 060100 - Funjuris

Classificação Orçamentária: 0601.02.061.1145.3067

Natureza da Despesa: 44.90.51

Fonte do Recurso: 0240

Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris

CNPJ/MF: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº. - Centro

CEP: 77.015-007

Palmas-TO.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO:

5.1. O presente Termo Aditivo vincula-se em sua integralidade ao Contrato em epígrafe, aos autos 17.0.000014971-3, bem como às disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1. A publicação resumida do presente Termo no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1. São mantidas e inalteradas as cláusulas do Contrato inicial e do Primeiro Termo Aditivo, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo, por meio de assinatura eletrônica utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Alteliana de Fatima Lopes, Usuário Externo**, em 26/11/2018, às 19:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente**, em 27/11/2018, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2314142** e o código CRC **BBD4D36F**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo Aditivo - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/2017, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA, REFERENTE À REFORMA DO PALÁCIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, em Palmas/TO, neste ato representado por seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**, brasileiro, portador do RG nº 125.824, 2ª Via - SSP/TO, inscrito no CPF/MF nº 103.573.945-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **SABINA ENGENHARIA - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.658.040/0001-50, com sede na Quadra 112 Sul, Conjunto 14, Lote 42, CEP: 77006-060, Palmas/TO, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, a Senhora **ALTELIANA DE FÁTIMA LOPES**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 4.278.269-6 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 685.770.366-34, têm entre si, justo e avençados o presente **TERMO ADITIVO**, observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Instrumento a prorrogação da vigência do Contrato nº. 191/2017, por mais 30 (trinta) dias, perfazendo um total de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias de vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

2.1. A **CONTRATADA** não fará jus à acréscimo financeiro referente à administração, bem como reajuste financeiro pelo período de prorrogação, previsto na Cláusula Primeira deste Termo, para conclusão da obra, conforme Despacho nº 6871/2019 - DIVENG, evento 2405869.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO:

3.1. O presente Termo Aditivo vincula-se em sua integralidade ao Contrato em epígrafe, aos autos 17.0.000014971-3, bem como às disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

4.1. A publicação resumida do presente Termo no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO:

5.1. São mantidas e inalteradas as cláusulas do Contrato inicial e de seus Aditivos, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Termo, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Alteliana de Fatima Lopes, Usuário Externo**, em 13/02/2019, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Presidente**, em 15/02/2019, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2422211** e o código CRC **49DEA5BF**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Termo de Apostilamento - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC

**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
AO CONTRATO N.º. 191/2017, CELEBRADO
ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO TOCANTINS E A
EMPRESA SABINA ENGENHARIA - LTDA,
REFERENTE À REFORMA DO PALÁCIO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO TOCANTINS.**

I – O presente Instrumento tem por objeto o reajuste do Contrato n.º. 191/2017, conforme previsto na Cláusula Décima, com fulcro no § 8º, do artigo 65, da Lei n.º. 8.666/93.

II - O reajuste é de 3,961% de acordo com o INCC – Índice Nacional de Custo da Construção Civil, pelo período de outubro/2017 a outubro/2018, aplicado sobre a 10ª (décima) Medição Parcial, 11ª (décima primeira) Medição Parcial e Saldo restante do Contrato n.º 191/2017, ou seja, **R\$ 1.522.157,04 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil cento e cinquenta e sete reais e quatro centavos)**, conforme Memorando DIVENG n.º 414/2019, evento 2433750.

III - O valor do reajuste importa em **R\$ 60.292,64 (sessenta mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos)**, passando o valor global do Contrato para **R\$ 4.315.115,83 (quatro milhões, trezentos e quinze mil cento e quinze reais e oitenta e três centavos)**.

IV - O presente Termo de Apostilamento vincula-se, em sua integralidade ao Contrato n.º. 191/2017, aos Autos Administrativos 17.0.000014971-3, bem como às disposições da Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

V - São mantidas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original, desde que não colidentes com o presente Instrumento.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo de Apostilamento que, é assinado por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para que produza seus efeitos.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Presidente**, em 28/02/2019, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2441922** e o código CRC **E9DA99CB**.